



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA COHAPAR –
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ.**

PROCESSO LICITATÓRIO COHAPAR Nº 18/2025 – PROTOCOLO Nº 22.981.615-2

OBJETO: Execução de 40 unidades habitacionais destinadas às pessoas da terceira idade, compreendendo elaboração de projetos, execução das unidades, infraestrutura e equipamentos.

RECORRENTE: Claudinei Soares da Rocha & Cia. Ltda.

RECORRIDA: Amboni Construções Ltda.

AMBONI CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 80.239.965/0001-70, com endereço na Rua José Bortolazzi, n. 177, Parque Industrial, na cidade de São Miguel do Iguaçu/PR, neste ato representada por seu sócio administrador DARCI AMBONI, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA. LTDA.**, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

I. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À COHAPAR

Inicialmente, cumpre destacar que a COHAPAR, enquanto empresa pública estadual, submete-se ao regime jurídico especial previsto na Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), a qual disciplina as licitações e contratos das empresas públicas e sociedades de economia mista.

Assim, nos termos do art. 1º, §1º, da referida lei, a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) não se aplica diretamente às licitações conduzidas por estatais, salvo de forma subsidiária e apenas naquilo que não estiver disciplinado na Lei nº 13.303/2016 ou no regulamento interno da entidade.



No caso concreto, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Cohapar – RILC/2023 e a própria Lei nº 13.303/2016 dispõem expressamente sobre as hipóteses de complementação de documentos e a impossibilidade de apresentação de novos documentos ou informações que alterem a substância da habilitação. Portanto, não há espaço para aplicação subsidiária da Lei nº 14.133/2021.

II. DA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS COMPLEMENTARES QUE ALTEREM A SUBSTÂNCIA DA HABILITAÇÃO

O Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) é claro ao **vedar a inclusão posterior de documentos** que deveriam constar originariamente da proposta ou da fase de habilitação. O art. 75 assim dispõe:

Art. 75. As licitações serão processadas e julgadas por agente de contratação ou comissão de contratação.

(...)

*§ 3º É facultado ao agente de contratação ou comissão de contratação, em qualquer fase da licitação, **desde que não seja alterada a substância da proposta**, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.*

§ 4º Quando verificada a presença de vício insanável poderá ocorrer o afastamento de licitante.

Logo, é evidente que somente podem ser sanadas falhas de natureza meramente formal, que não comprometam a substância nem a validade jurídica dos documentos. No presente caso, a irregularidade constatada pela Comissão de Licitação refere-se à ausência de averbação, na ART e na respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), da atividade de fundação, ou seja, item expressamente exigido no edital como requisito técnico de habilitação.

Tal omissão não é falha formal, mas falta material de responsabilidade técnica, que atinge diretamente o conteúdo e a validade jurídica do documento. A averbação da ART é o ato que confere autenticidade e vincula o profissional e a empresa à execução do serviço perante o CREA, garantindo a veracidade das informações prestadas e a responsabilidade civil e administrativa correspondente.

A tentativa da recorrente de suprir tal ausência mediante “certidões explicativas” emitidas posteriormente pelos municípios contratantes não encontra amparo legal, pois tais documentos não possuem efeito perante o órgão profissional e não podem retroativamente gerar responsabilidade técnica inexistente.

Em outras palavras, permitir a juntada de tais certidões seria admitir a modificação posterior da responsabilidade técnica, o que contraria frontalmente o espírito da Lei 13.303/2016 e compromete a segurança jurídica e a isonomia entre os licitantes.

III. DA INALTERABILIDADE DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A responsabilidade técnica constitui elemento essencial e inalterável da habilitação em certames de obras e serviços de engenharia. É ela que comprova, perante o conselho de classe, que o profissional detém capacidade e responde tecnicamente pela execução das atividades.

Quando uma atividade (no caso, fundação) não está averbada na ART, significa que o profissional não assumiu responsabilidade técnica sobre ela. Logo, não há comprovação de experiência nem de capacidade técnica para a execução do item exigido.

A jurisprudência e a doutrina especializadas são uníssonas em reconhecer que a ausência de averbação de responsabilidade técnica não pode ser suprida por declaração de terceiros nem por documentos posteriores, pois a ART é o único instrumento legalmente apto a gerar efeitos jurídicos perante o CREA.

Assim, o ato de inabilitação da recorrente encontra-se plenamente amparado na legislação e no edital, que exigia declaração com averbação de responsabilidade técnica contemplando todos os itens realizados, inclusive fundação.



IV. DO FORMALISMO NECESSÁRIO E DA SEGURANÇA DO CERTAME

A atuação da Comissão de Licitação da COHAPAR observou rigorosamente os princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e da segurança jurídica.

Ao contrário do que sustenta a recorrente, não houve formalismo excessivo, mas formalismo necessário — aquele que assegura a transparência e a credibilidade do procedimento.

A dispensa de requisitos técnicos formais indispensáveis, como a averbação de responsabilidade técnica, comprometeria a higidez e a segurança da licitação, abrindo precedentes para que empresas sem comprovação efetiva de experiência técnica participem de obras públicas de alta complexidade, em prejuízo ao interesse público e à qualidade das construções destinadas à população idosa.

V. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se a essa Comissão de Licitação:

1. O não provimento do recurso interposto pela empresa Claudinei Soares da Rocha & Cia. Ltda., mantendo-se integralmente a decisão de sua inabilitação, por estrito cumprimento do edital e da Lei nº 13.303/2016 e RILC;
2. O reconhecimento da impossibilidade de aplicação subsidiária da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a matéria é expressamente tratada na Lei de Regência e no RILC/2023;
3. A manutenção da regularidade e da validade do certame, resguardando-se a lisura, a isonomia e o interesse público.



Termos em que,

Pede deferimento.

São Miguel do Iguaçu/PR, 13 de outubro de 2025.

AMBONI CONSTRUÇÕES LTDA

Por seu representante legal

